



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Educação.

BOLSA FAMÍLIA & EDUCAÇÃO: O QUE PENSAM OS LAVRADORES MIGRANTES DE ITARANA (ES)?

**Flaviane Cristina de Oliveira Ferreira Delanos¹
Aleteia de Sousa Rocha²**

Resumo: Versa sobre a percepção dos lavradores migrantes do município de Itarana (ES), beneficiários do Programa Bolsa Família, acerca do processo educacional e qualidade de vida. Resultados: migração em busca de emprego e melhorias de qualidade de vida; conquistaram mais autonomia; escola como único espaço educativo legítimo; Reconhecem necessidade de maior aproximação com a escola para melhorias no desempenho escolar e para o futuro de seus filhos.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Lavradores migrantes; Educação.

Abstract: Versa on the perception of the migrant farmers of the municipality of Itarana (ES), beneficiaries of the Bolsa Família Program, about the educational process of their children and the improvements in the quality of life, from the insertion in the program. Results show that the families interviewed migrated in search of employment and improvements in quality of life. As beneficiaries, they became more autonomous. They place a great expectation on the school, understanding it as the only legitimate educational space. They recognize the need for greater approximation with the school, which would contribute to improvements in school performance and the future of their children.

Keywords: Bolsa Família Program. Migrant farmers. Education.

1. Introdução

A cidade de Itarana (ES) foi se constituindo marcada pelo processo migratório, sobretudo devido à economia municipal estar ligada à agricultura e ao cultivo de café. Estes migrantes, em sua maioria com a renda baixa e instável, tornam-se beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e grande parte possuindo filhos em idade escolar. Estas famílias chegaram ao município sem nenhuma estrutura e continuaram passando dificuldades financeiras, habitando muitas vezes em áreas isoladas, sem acesso a vários serviços públicos. Os filhos frequentam a escola pública e são pressionados a “estudarem” porque só assim quebrariam o ciclo geracional da pobreza. Entretanto, não há o devido acompanhamento destes na escola, ficando relegada exclusivamente à escola a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar ou mesmo o futuro das crianças.

¹Profissional de Serviço Social. Governo do Estado do Espírito Santo/ Secretaria de Estado de Direitos Humano. E-mail: <fcf29@gmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <fcf29@gmail.com>.

Pretende-se com este artigo abordar sobre a educação e o PBF, sob a ótica dos lavradores migrantes do município de Itarana (ES), beneficiários do PBF. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo. Utilizou-se entrevista semi-estruturada, realizadas no decorrer do ano de 2016, com as famílias cadastradas no Programa Incluir, programa de combate à pobreza do Governo do Estado do Espírito Santo. No momento da pesquisa, 11 famílias do município em questão encontravam-se cadastradas e, destas, 04 famílias se disponibilizaram a participar da pesquisa.

Inicialmente apresentamos uma breve retomada do tema migração como uma questão de sobrevivência. Em seguida, uma abordagem sobre o PBF, destacando suas características, objetivos e condicionalidades e sobre a educação como estratégia de desenvolvimento da autonomia dos sujeitos. A partir da fala dos entrevistados, procuramos conhecer a percepção destes acerca do processo educacional dos seus filhos e as melhorias na qualidade de vida alcançadas a partir da inserção nos referidos Programas. Ao final, tecemos algumas considerações acerca dos motivos que levaram as famílias a migrarem, as expectativas que estas depositam na escola e o reconhecimento do papel da família frente ao processo educacional de seus filhos.

2. Migrar: uma atitude de sobrevivência

A migração de camponeses é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução social, representando a saída para a permanência da condição camponesa e da moradia no campo. O ir e vir entre as regiões iniciou-se desde a década de 1970, em busca de sobrevivência e melhores oportunidades econômicas (MENEZES, 1985). Conhecido como a “migração para o café”, embrenhou-se tanto homens como mulheres, casados ou solteiros, e até crianças que quando pequenas são colocadas dentro de cestos embaixo dos pés de cafés, enquanto suas mães trabalhavam na colheita. A migração representava para os agentes sociais envolvidos a chance de “melhorar de vida”, de “viver com mais conforto” e de “ganhar mais” (SILVA; MENEZES, 2006).

De acordo com Durham (1984), mesmo as migrações que implicavam em mudanças radicais de estilos de vida eram organizadas nos moldes da comunidade rural, buscando ajuntar-se onde estaria a família do irmão, do pai, os antigos vizinhos, os amigos de infância e assim, todos os anos, ocorriam migrações com destino às cidades em que iriam trabalhar como meeiros e ou lavradores. Raramente esses trabalhadores abandonavam suas terras com intenção inicial de nunca mais regressar. Na maioria das vezes, essas famílias migravam com o objetivo de formar uma poupança, a ser usada futuramente quando voltassem ao seu local de origem, mas muitas vezes acabam permanecendo na terra por mais tempo do que haviam planejado.

3. Programa Bolsa Família (PBF): uma esperança de mudar de vida?

A criação do PBF, em 2003, uniu os diversos programas sociais de transferência de renda existentes no âmbito do Governo Federal, priorizando a atenção sobre aspectos relacionados às condições de saúde e educação de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Tem como característica principal a transferência direta e condicionada de renda. Conforme o decreto nº 8794, 2016, todas as famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 85,00 ou famílias com renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos, têm direito ao benefício. Estas, ao serem beneficiadas, ficam sujeitas a condicionalidades, que reforçam o exercício dos direitos sociais saúde e educação, além de prever o incentivo à emancipação das famílias, visando à superação do ciclo intergeracional da pobreza (BRASIL, 2016).

Conforme o Relatório de Informações do Bolsa Família e Cadastro Único (RI, fevereiro de 2017), o Programa beneficiou, no mês de abril de 2017, 13.488.892 famílias brasileiras, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 179,12. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.416.084.222,00 no mês. Através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO), os municípios e o Distrito Federal realizam o cadastramento. A inscrição no Cadastro Único não garante a entrada imediata no Bolsa Família e a seleção é feita por um sistema informatizado, a partir dos dados informados e das regras do programa. A responsabilidade das informações fornecidas é exclusivamente da família.

Ao serem beneficiadas, as famílias ficam sujeitas a condicionalidades, que são os compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, que precisam ser ofertados pelos governos e cumpridas pelas famílias, para que elas continuem no PBF. Na Educação, crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos precisam estar matriculadas e manter frequência mínima de 85% da carga horária escolar mensal. Para os adolescentes de 16 e 17 anos, matrícula e pelo menos 75% da frequência escolar mensal. Na área de Saúde, manter atualizado o calendário de vacinação das crianças menores de sete anos e levar as crianças para pesar, medir e serem examinadas, conforme o calendário do Ministério da Saúde.

As gestantes e mães que amamentam devem participar do pré-natal e ir às consultas na Unidade Básica de Saúde. Após o parto, devem continuar o acompanhamento da própria saúde e do bebê. O descumprimento destes compromissos pode levar ao cancelamento do benefício. Entretanto, o objetivo das condicionalidades é reforçar o

acesso das famílias mais pobres a direitos sociais e identificar as famílias que estão com dificuldade de acessar estes serviços e, nestes casos, elas passam a receber atenção prioritária da assistência social para que consigam acessar os serviços regularmente (PAULI; FRAGA; VIEIRA, 2015).

O governo do Estado do Espírito Santo vem se empenhando na tentativa de reduzir a pobreza e promover a melhoria das condições de vida da população que se encontra em situação de extrema pobreza. Com este intuito, criou-se o Programa Capixaba de Redução da Pobreza - Programa INCLUIR, com a finalidade de beneficiar as famílias em situação de pobreza, na tentativa de erradicação da extrema pobreza no Espírito Santo. (ESPIRITO SANTO, 2011)

4. **Educação:** desenvolvendo a autonomia do sujeito

A educação não é sinônimo de escola e pode acontecer em diversos momentos: no trabalho, na família, no meio social, sendo a melhor forma de desenvolver o ser humano, através de instruções e desenvolvendo as competências e habilidades dos mesmos. Neste processo, precisa levar em consideração toda a bagagem de vida apresentada pelos alunos, buscando sempre práticas pedagógicas que os façam interagir, frequentarem a escola e se sentirem valorizados. A aprendizagem acontece o tempo todo, dentro e fora dela. O conteúdo ensinado em sala de aula muitas vezes pode ser esquecido, mas as relações vividas serão lembradas. Todos os cidadãos possuem o direito à educação, o que é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Através do ensino, é possível formar pessoas independentes, através dos processos dos quais ele faz parte como sujeito, fortalecendo sua autonomia (DEMO, 1996, p. 16). Na legislação brasileira, o conceito de educação é definido como “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996, art. 2º). A escola e a família desempenham papel de grande importância na formação do indivíduo, tendo responsabilidade na construção da pessoa. A família é o primeiro convívio e referência do ser humano, é a base para a educação, transmissão e definição de valores. O dever dela para com a educação implica numa posição educadora. Apesar disso, ainda existem pessoas que acreditam e responsabilizam somente a escola pela educação, eximindo-se do seu papel.

Segundo TIBA (1996), quando o relacionamento familiar é deficiente, influencia nos relacionamentos sociais de seus membros, principalmente dos filhos. A pobreza, violência doméstica, alcoolismo, a destituição dos casamentos, droga, carência de valores etc. São as principais causas que afligem o ambiente familiar. Relata que alguns pais mantêm seus filhos na escola, responsabilizando-a pela educação dos mesmos. Quando a escola critica o comportamento inadequado dos alunos, os pais culpabilizam a escola. Outros criam esperanças exacerbadas crendo que as crianças e adolescentes pobres que chegam às escolas com a aprendizagem exitosa do currículo terão conseqüentemente a superação da pobreza pela escolarização. São depositadas sobre a educação a solução para todos os males, que através de um percurso curricular poderá libertar da pobreza, ignorando as relações sociais que produzem a pobreza (ARROYO, 2015).

A educação feita com parceria entre escola e família promove uma educação integral para os alunos, que se transformarão em adultos dotados de valores éticos, de autonomia e senso crítico, que poderão contribuir de forma positiva para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e até menos violenta.

5. Resultados e Reflexões

Preservando o sigilo, utilizamos nomes fictícios que foram escolhidos conforme o significado e personalidade das mesmas. Sempre relacionados a flores e mitologia, pois cada uma, a seu modo, demonstrou a delicadeza e beleza que possuem. Um breve perfil está apresentado abaixo em meu “jardim”:

“Maia” – significa mãe de todos, mas, para os antigos gregos, esse também era o nome da deusa da primavera. Tem 39 anos, residente em Itarana há 2 anos, advinda de Itagimirim/Bahia, estudou até a quinta série do ensino fundamental, possui 5 filhos: 19 anos (parou os estudos na quarta série do ensino fundamental), 15 anos (curso o oitavo ano do ensino fundamental), 14 anos (curso o sexto ano ensino fundamental), 11 anos (curso o quinto ano do ensino fundamental), 4 anos (não estuda). Maia mantém união estável com Zeus, 29 anos, estudou até a segunda série do ensino fundamental.

“Dália” – nome de uma linda flor originária do México, que enfeita os jardins e também significa “aquela que vem do vale”. Tem 34 anos, viúva, reside em Itarana há 3 anos, advinda de Teófilo Otoni/ MG, estudou até a oitava série do ensino fundamental, possui dois filhos com 9 anos (curso o terceiro ano do ensino fundamental) e 4 anos (frequenta a creche).

“Gaia” – é a mãe terra, na mitologia grega. O nome indica uma mulher forte, dona do mundo e com grande capacidade geradora, que será uma grande mãe. 27 anos, residente em Itarana há 2 anos, advinda de Itagimirim/BA, cursou somente até a segunda série do ensino fundamental, possui 4 filhos com: 7 anos (cursa o segundo ano do ensino fundamental), 6 anos (cursa a pré-escola), 3 anos (não estuda ainda) e 2 anos (não estuda ainda). Gaia mantém união estável com Úrano, 28 anos, terceira série do ensino fundamental.

“Flora” – na mitologia romana, Flora era a deusa das flores, casada com Zéfiro, o deus do vento. E a união dos dois simbolizava a renovação causada pela primavera. Ela com 35 anos, residente em Itarana há 3 anos, advinda de Peçanha/MG, estudante (ensino superior incompleto) possui 3 filhos com: 15 anos (cursa a oitava série do ensino fundamental), 13 anos (cursa a sétima série do ensino fundamental) e 5 anos (frequenta a pré-escola). Flora é casada com Zéfiro, 41 anos, iletrado.

Ao serem perguntadas por que a família escolheu o município de Itarana/ES para residirem, expressou-se da seguinte maneira: “Menina, lá na Bahia é muito difícil trabalho, eu e meu marido ‘estava’ desempregados muito tempo, sem dinheiro e a violência na cidade da gente era muito grande, não quero criar meus filhos lá, aquilo lá não é vida. Aí veio um moço falando que aqui em Itarana tinha trabalho na ‘panha’ de café, resolvemos arriscar, vendemos tudo lá e viemos” (MAIA).

O termo migração corresponde à mobilidade, deslocamento da população. Migrar é trocar de país, de Estado ou Região. Os fluxos migratórios podem ser influenciados por diversos fatores, dentre eles: econômicos, políticos e culturais. “Viemos tentar a vida aqui, o pessoal do meu marido ‘já estava’ aqui e falaram que era bom, aí viemos para ‘panhar’ café e ‘tamos’ ficando, mas a vida é difícil também, com monte de menino não dá para eu ir pra roça, só meu marido tá indo, o dinheiro é pouco”. (GAIA)

Migrar relaciona-se diretamente com a busca pela sobrevivência, “percebemos que os deslocamentos dos espaços têm sido expressões da produção massiva da pobreza e das reações dos(as) pobres à procura de lugar. Notamos uma rede de fluxos migratórios dos lugares da pobreza à procura de lugares de sobrevivência” (ARROYO, 2015, p. 34). As entrevistadas relataram que saíram de lugares carentes de investimento público, ou mesmo privado, lugar onde pessoas não conseguem o sustento para suas famílias e de onde precisam *sair* para comer e para viver em busca de qualidade de vida. “Nós viemos de MG, lá na cidade que morava era muito difícil emprego muito mesmo, para homem e para mulher também. Ai apareceu um moço falando que aqui em Itarana estavam precisando de lavrador e que pagavam bem, viemos com a cara e a coragem”. (FLORA)

A busca pela melhoria da qualidade de vida são anseios dos seres humanos. Querer viver bem, desejar novas condições para melhoria do cotidiano, de tentar superar as condições mais adversas por outras um tanto melhores é uma necessidade humana. Todas as entrevistadas afirmaram que migraram para o município de Itarana/ES em busca de melhoria de qualidade de vida. Ao serem indagadas sobre o que significa “melhorar de vida”, o que compareceu nas respostas foi: casa própria, acesso a serviços, alimentação, condições melhores de trabalho, emprego.

Como se vê, não é possível existir um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida, mas pode-se estabelecer elementos para pensar nessa noção enquanto fruto de indicadores ou esferas objetivas (sociais) e subjetivas, a partir da percepção que os sujeitos constroem em seu meio. Definir qualidade de vida é uma tarefa difícil. Isto se deve, provavelmente, ao fato de tratar-se de um conceito que remonta à Antiguidade e de ter sofrido, ao longo da História, várias transformações em seu sentido (BODSTEIN, 1997). Campaña (1997, p. 125) aponta que “para a maioria dos estudiosos, o termo “qualidade” supõe a superação de uma limitada avaliação quantitativa do desenvolvimento”.

Constatou-se nas entrevistas a importância do PBF para continuarem vivendo. Para todas as famílias, o repasse constitui a primeira experiência regular de obtenção de rendimento. Antes disso, a vida se resumia à luta diária para obter comida. Todas reconheceram que, se suas vidas eram duras, sem o benefício seria ainda mais. Segundo Arroyo (2015) o PBF é uma das estratégias políticas criada para contribuir com o atendimento das necessidades básicas do cidadão, como alimentação, teto, renda e trabalho, na busca pela transformação da realidade de pobreza, sem incorrer em medidas meramente assistencialistas ou moralizantes. Sobre a vida antes de serem beneficiárias do PBF, relataram: *“Nossa, complicada, porque quando acabava a mistura que meu marido comprava com o dinheiro do pagamento quinzenal tinha que pegar fiado, aí o preço das compras dobra, tento deixar este dinheiro mais para inteirar a comida das crianças, já ajuda bastante, diminuiu muito minha preocupação com isso”* (MAIA).

Constatou-se que o benefício é utilizado para comprar gêneros alimentícios básicos, mas, à medida que as usuárias aprendem a planejar minimamente o uso do dinheiro, desenvolvem também a capacidade de fazer escolhas. Aos poucos, as famílias vão se organizando e aprimorando a forma de investir o dinheiro do benefício recebido, e conseqüentemente passam a conquistar outros bens e serviços, aumentando a autonomia e autoestima. Receber uma renda mínima mensal representa a possibilidade

de dar o primeiro passo para sair da condição de dependência, humilhação e precariedade. É bem verdade que não dá para afirmar que tal renda poderia ou deveria substituir a educação pública de qualidade, por exemplo, mas pode contribuir para a construção de uma base material da autonomia (PINZANI; REGO 2015, p.40).

Todos os responsáveis legais entrevistados definiram a Educação como importante, como um direito e uma necessidade para o mundo do trabalho. A contradição aparente entre a representação da escola e a baixa escolaridade dos beneficiários revela, de fato, a grande eficácia do discurso ideológico das elites sobre a Educação (REIS, 2000) que, no entanto, não se concretiza na vida da maioria dos jovens das camadas mais pobres da mesma forma como é idealizado. A fala a seguir confirma tais dados: *“Educação é tudo, porque eu não tive oportunidade de estudar, morava longe, muito longe da escola e não tinha ônibus para levar, aí meu pai mandou parar de perder tempo em escola e ir pra roça. Talvez se eu tivesse estudado teria uma vida melhor hoje. Tenho medo do futuro dos meus filhos, quero eles estudando, a vida na roça é muito dura, depender só do braço não dá”* (GAIA).

Algumas famílias demonstraram acreditar que aprender depende apenas da capacidade cerebral e vontade de cada pessoa. Ignorando a junção entre os conhecimentos e valores que os estudantes trazem de fora da escola: de casa, da rua, de amigos, com aqueles conhecimentos e valores que são transmitidos pelos professores e pelos livros e que, ao final, também servem para avaliar os alunos. É bem verdade que em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida aprendendo, ensinando e aprendendo a ensinar (LEITE, 2015).

Observou-se que algumas famílias demonstraram acreditar que só através do estudo conseguirão evoluir, ter uma vida melhor. Ainda na visão de que “educação é tudo na vida”, elas acreditam que através dela terão a ascensão social que tanto almejam e que isso depende exclusivamente da vontade e esforço dos filhos “estudantes”, que o meio não influencia. O que futuramente pode gerar uma frustração enorme se não for alcançada, não pelo esforço, mas pela falta de oportunidade e acesso a serviços que muitos vivenciam diariamente. *“Importante, não quero que os meninos nunca parem de estudar, assim ocupa a cabeça e aprende as coisas, sei que o mais velho tem muitas dificuldades na escola e isso me preocupa, tento entender o motivo. Eu não estudei e hoje passo este perrengue todo”* (DÁLIA).

É sabido que a permanência das crianças na escola não garante que sua formação permita sair do ciclo geracional da pobreza. A frequência escolar é necessária, mas não é somente ela que garantirá uma boa educação. [...] sem escola de qualidade, sem boas

condições de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados e alcançar um nível de instrução suficiente para ter mais chances profissionais na vida (PINZANI; REGO 2015, p.25). Flora confirma isso: “Então, eu uma vez ouvi que educação é o maior bem que podemos deixar como herança para nossos filhos. E eu sempre falo isso para eles direto. Não temos dinheiro, não temos casa própria, mas temos oportunidade de estudar, então estudem”.

A participação dos pais no cotidiano escolar dos filhos é determinante para o desempenho do aluno na escola, tornando a família a instituição importante no processo ensino-aprendizagem. Esta participação colabora com o processo escolar, como também na melhoria do ambiente familiar, provocando uma melhor compreensão do processo de crescimento e aprimoramento das reações. A parceria entre família e escola é essencial para o crescimento da pessoa. A família exerce o principal papel na modificação da conduta dos filhos no meio social. "A família representa um ambiente extremamente importante para o desenvolvimento da criança, porque é o primeiro sistema em que o ser humano se insere na sociedade, por meio do qual começa a estabelecer seu vínculo com o mundo". (GUZZO; TIZZEI, 2007, p. 42).

Mesmo algumas escolas investindo, nem sempre os pais comparecem nestes eventos, frustrando as expectativas da escola. *“Tipo ir na escola não vou não, só fui fazer matrícula dos meninos mesmo. Não tenho como ir, já não consigo nem ir no posto de saúde às vezes porque é longe e não tenho com quem deixar as crianças. Não dá para ir a pé, é muito longe e não tem carro que passa aqui para ir”* (GAIA).

Família e escola devem educar em conjunto propiciando ao sujeito em desenvolvimento maior confiança para enfrentar as dificuldades que são impostas pela sociedade. O acompanhamento familiar interfere no desempenho da criança no contexto escolar mutuamente.

Segundo Pauli, Fraga e Vieira (2015), as condicionalidades se referem a compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família nas áreas da educação, saúde e assistência social. Asseguram que a transferência não se limite apenas a conceder dinheiro às pessoas em vulnerabilidade social, mas também incentivar e garantir o uso dos serviços do Estado, como escolas e postos de saúde, permitindo o fortalecimento e a emancipação dessas pessoas na sociedade, contribuindo desta forma a quebra do ciclo geracional da pobreza. Ao serem questionadas se a condicionalidade do PBF referente à educação e trabalho infantil auxiliaram em algum momento para que diminua esta ocorrência dentro da própria

família, as famílias afirmaram que houve uma diminuição significativa no trabalho infantil após a implantação do PBF. Segundo Teixeira, Braga e Baeninger (2012), de fato nos últimos anos houve diminuição do número de crianças junto de seus pais nos cafezais do sudeste, bem como diminuiu o número de fazendas de café que admitem a presença de crianças em seus alojamentos. Os autores atribuem esta mudança à implantação do programa Bolsa-família pelo Governo Federal, que prevê o pagamento de um benefício financeiro mensal a famílias carentes.

Durham (1984, p. 210-211) afirma que “a migração e o projeto de ascensão social que a motiva são, portanto, empreendimentos familiares [...] A possibilidade de ascensão de um membro da família representa uma melhoria no nível de vida de todos: “Para falar a verdade, o meu maior investimento realmente hoje é a minha faculdade, porque eu acredito que se eu tiver formada conseguirei um bom emprego e assim nossa vida vai melhorar muito” (FLORA).

Nesse sentido, o consumo não se reduz mais somente à satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência, visto que a classe trabalhadora passa a ter acesso a um “consumo de massa”. A renda advinda do Bolsa Família passa a permitir a compra dos mais variados itens: roupas, eletrodomésticos, telefone celular. O que antes, muitas vezes, ficava circunscrito na imaginação desses homens e mulheres, hoje se tornou possível. *“Comida, roupa a gente ganha sempre. Aí a gente junta o dinheiro da quinzena, mais o bolsa e compra mais comida. Ah, e junta também para pagar a antena e a televisão que compramos” (MAIA)*

A concessão de valor financeiro é totalmente diferente da entrega de uma cesta básica, porque possibilita a liberdade de escolher diversas formas de utilizar o recurso. “Compro as coisas das crianças, comida, caderno, coisas da escola ou também junto para pagar o aluguel, porque morar de aluguel não é fácil não, tem mês que não dá para pagar tudo e fica faltando muitas coisas, mas aos poucos vou ajeitando. A gente tira daqui paga ali e assim vai” (DÁLIA). O recebimento da renda monetária e o controle exercido por elas sobre o dinheiro – pois são as titulares do cartão, modificaram substancialmente a percepção que tinham sobre a própria vida. Houve ganho de autonomia, de dignidade e respeitabilidade na vida local. Em suma, passaram a ter voz em regiões secularmente identificadas com a submissão feminina.

Há diversas críticas que rotulam de assistencialistas as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Contudo, se a vida é o primeiro direito do ser humano e garanti-la é o dever mais elementar do Estado, não pode ser considerado assistencialismo algo que efetive essa garantia. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família assume como inspiração política que o reconhecimento do direito à vida é um dever público, logo, a ser traduzido em

políticas de Estado, como uma responsabilidade pública, para além do tradicional assistencialismo. (ARROYO, 2015, p. 14)

6. Conclusão

Em busca de emprego e melhorias de qualidade de vida, as famílias entrevistadas migraram para o município de Itarana (ES). Os anseios destas famílias não foram atingidos exatamente como idealizaram. Entretanto, afirmam ter experimentado mudanças significativas a partir do momento em que se tornaram beneficiários, tais como: alimentação, pagamento das despesas familiares e até investimento em educação, gerando, assim, autonomia e auto estima em seus membros.

Identificou-se que há uma grande expectativa sobre a escola, compreendendo-a como o único espaço educativo legítimo, acreditando que somente ela tenha responsabilidades de ensinar e contribuir na educação de seus filhos, entendendo educação como escolarização e tornando dispensável outros processos educativos. Esquecem que as dificuldades financeiras, físicas e psíquicas vividas por estas crianças e adolescentes precisam ser levadas em consideração também para um melhor aprendizado.

Ao mesmo tempo que a família acredita que a educação é o melhor caminho e através dela é possível alcançar melhores resultados como mais autonomia, é visível a falta de diálogo e contato em ambas as partes, tornando-se ineficiente a parceria entre escola e família.

Observou-se que muitas famílias não participam verdadeiramente do cotidiano escolar dos filhos e, conseqüentemente, influenciam negativamente no desenvolvimento do aluno em sala de aula. É necessário que os educadores busquem estratégias para que os pais se envolvam mais no processo de aprendizagem através de reuniões e/ ou promovam atividades de integração entre pais e filhos. Percebeu-se que as condicionalidades do PBF na educação auxiliaram na redução de ocorrência de trabalho infantil dentro dos núcleos familiares, já que, com a renda, as crianças passaram a frequentar a escola, diminuindo a baixa frequência dos alunos e a evasão escolar.

Observou-se a necessidade de uma maior aproximação da escola, para um melhor acompanhamento de seus filhos, gerando assim alunos mais confiantes. Pois as reações da família diante da educação de seus filhos muitas vezes são contraditórias, sendo comum a mistura dos sentimentos de esperança de um futuro melhor e displicência no acompanhamento. Expectativa de ver seus filhos obtendo o sucesso e impassibilidade ao não manter contato direto com a escola e nem valorizar o meio em que se vive, de onde se pode tirar muitos ensinamentos, melhorando assim a qualidade

de vida, ensino e relacionamento destes. Depositando na educação a solução para todos os males, com o cumprimento bem sucedido de um percurso curricular que, hipoteticamente, tem o poder de libertar da circularidade da pobreza ou do pensar irracional, ignorando a necessidade de mudança das relações sociais que produzem a pobreza.

7. Referências

8.

ARROYO, M. G. **Pobreza e currículo: uma complexa articulação**. In: Curso de Pós Graduação Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2015

BODSTEIN, R. C. A. 1997. A cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 13, n. 2, p. 185-204.

BRASIL. Decreto nº8794, de 29 de junho de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>> Acesso em 29 de março de 2017.

_____. Ministério da Educação e Da Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 abr. 2017.

CAMPAÑA, A. 1997. Em busca da definição de pautas atuais para o delineamento de estudos sobre condições de vida e saúde. In: BARATA, R. B. (org). **Condições de Vida e Situação de Saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO, p. 115-165.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Ed. Autores Associados: Campinas, SP. 1996. 131p.

DURHAM, E. **A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ESPIRITO SANTO (Estado). Lei nº 9752, de 16 de dezembro de 2011. Vitória, 2011. Disponível em: <<http://www.al.es.gov.br>> Acesso em: 29 de março de 2017.

GUZZO, R. S. L; TIZZEI, R. P. Olhar sobre a criança: perspectiva de pais sobre o desenvolvimento. In: GUZZO R. S.L, et al. **Desenvolvimento infantil: família, proteção e risco**. Campinas, SP: Alínea, 2007.p.35-57.

LEITE, L. H. A. **Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza**. In: Curso de Pós Graduação Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2015.

MENEZES, M. A. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba** [migração, família e reprodução da força-de-trabalho]. 1985. Dissertação - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

PAULI,R.I; FRAGA, L.S; VIEIRA, K. M. Programa Bolsa Família: O acompanhamento das condicionalidades. **Revista do Cepe**, Porto Alegre, n. 42, dez. 2015.

PINZANI, A.; REGO, W.L. **Pobreza e Cidadania**. In: Curso de Pós Graduação Educação, Pobreza e Desigualdade Social. 2015.

REIS, E. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Fev, 2000.

Relatório de Informações do Bolsa Família e Cadastro Único. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: 15 maio 2017.

SILVA, M. A. de M.; MENEZES, M. A. **Migrações rurais no Brasil**: velhas e novas questões. [S.l.: s.n.], 2006.

TEIXEIRA, P. E.; Braga, A. M. C.; Baeninger, R. 2012. **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 194.

TIBA, I. **Disciplina – Limite na medida certa**. 8. ed. São Paulo: Gente, 1996.